

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

Luciana dos Santos Machado Balduino¹
Maria Cristina das Graças Dutra Mesquita²

RESUMO: Este resumo expandido tem por objetivo tratar das políticas para a extensão universitária a partir da década de 80, no âmbito das Universidades Federais e dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Compreende-se a extensão como um tripé indissociável entre ensino, pesquisa e extensão para o Ensino Superior. Como recurso metodológico foram utilizadas a pesquisa bibliográfica e documental. Buscamos apoiar o estudo nas discussões de teóricos Fonseca (2002) entre outros.

Palavras-chave: Políticas Públicas; Educação Superior; Extensão Universitária.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho faz parte de uma pesquisa de doutorado, em andamento, desenvolvida na Linha de Pesquisa: Estado, Políticas e Instituições Educacionais da PUC-Goiás, e busca compreender e analisar a importância da extensão no Ensino Superior, a partir do financiamento.

Entendemos que os três pilares que sustentam o Ensino Superior são o ensino, a pesquisa e extensão, entretanto nossa pesquisa adota como objeto a extensão e, para tanto, pretendemos identificar neste estudo as políticas para a extensão universitária a partir da década de 80.

O ensino superior no Brasil, sofreu mudanças de acordo com o contexto histórico, político e econômico no qual esteve inserido. Em 1808 o ensino superior era oferecido nas escolas superiores isoladas. Na década de 1920 são criadas no Brasil as primeiras Universidades. Em 1969, por meio do Decreto-Lei 547, os Centros Federais de Educação Ciência e Tecnologia são autorizados a oferecerem cursos superiores de curta duração.

Dentre as novas políticas educacionais direcionadas ao Ensino Superior, ganha destaque a Reforma Francisco Campos, em 1931, no governo de Getúlio Vargas.

¹ Doutouranda em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás, servidora efetiva do IF Goiano – Campus Morrinhos.

² Doutora em Educação pela PUC Goiás, professora no Programa de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação da PUC Goiás.

A partir deste contexto das reformas educacionais, surge a extensão universitária que tem em seu histórico a primeira referência normativa mencionada no “Estatuto das Universidades”, por força do Decreto n. 19.851, de 11 de abril de 1931.

Em novembro de 1987, é realizado em Brasília o I Encontro de Pró- Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, à ocasião foi criado o Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições de Educação Superior Brasileiras (FORPROEX), que trouxe força institucional e política para a definição de políticas de extensão para as instituições públicas de ensino superior.

Um avanço significativo para a extensão universitária é a Constituição de 1988, que traz no art. 207 a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão como princípio para o Ensino Superior. Ainda prevê que “as atividades universitárias de pesquisa e extensão poderão receber apoio financeiro do poder público” (BRASIL, 1988, art. 213, §2ª).

Durante o governo de Itamar Franco, em 1993 é criado o primeiro Programa de Fomento à Extensão Universitária (PROEXTE), no qual previa a destinação de recursos para financiamento.

Com base no discurso ideológico de contenção de gastos na educação superior, as políticas da extensão universitária não ficaram isentas dos cortes orçamentários, e, em 1996, o governo de Fernando Henrique Cardoso suspendeu o PROEXTE. Para Pimentel (2015, p.97), as Universidades Públicas Brasileiras ficaram estagnadas durante o período compreendido entre 1996 e 2003, com a redução de recursos públicos para financiar suas atividades básicas de ensino, pesquisa e atividades de extensão.

Publicado em dezembro de 1999, o primeiro Plano Nacional de Extensão, foi discutido e aprovado pelo FORPROEX e Secretaria de Educação Superior (SESu). O plano aborda os princípios básicos, os objetivos, as metas, a organização da extensão universitária, a articulação com a sociedade, financiamento e avaliação.

No governo de Luiz Inácio Lula da Silva, em 2003, sob a articulação do FORPROEX, SESu e o Ministério da Educação (MEC), é lançado o Programa de Apoio à Extensão Universitária – PROEX, que se constituiu legalmente, por meio do Decreto nº. 6.495 de 2008. As principais contribuições deste programa referem-se ao financiamento da Extensão Universitária, que abrange programas e projetos de extensão universitária, com ênfase na inclusão social.

Este aporte financeiro não aconteceu via descentralização de recursos diretamente direcionados às Instituições Públicas de Ensino Superior, mas por meio de editais nacionais. Em julho de 2003, é lançado pelo SESu/MEC o primeiro edital do Programa de Apoio à Extensão Universitária PROEXT³.

Com base no Plano Nacional de Extensão, em 2009, surge a proposta da Política Nacional de Extensão Universitária, fruto de discussão no âmbito do FORPROEX e das Universidades Públicas, sendo aprovada e publicada em 2012. O documento apresenta um histórico das mudanças conceituais da extensão universitária e propõe estratégias para a consolidação da extensão.

A mais recente conquista no âmbito das políticas públicas para a extensão é o Plano Nacional de Educação - PNE (2014-2024), Lei nº 13.005/2014, ao estabelecer que todas as instituições de ensino superior devem garantir o mínimo de 10% do currículo em atividades de extensão até 2021.

1 METODOLOGIA

O procedimento metodológico escolhido para esse estudo foi a pesquisa bibliográfica e documental.

Na pesquisa bibliográfica buscou-se material teórico analisado e publicado, em meios escritos ou eletrônicos, que discute a temática sobre a extensão universitária. Segundo Fonseca (2002, p. 32) a pesquisa bibliográfica “[...] utiliza fontes constituídas por material já elaborado, constituído basicamente por livros e artigos científicos localizado em bibliotecas”. Portanto, a pesquisa bibliográfica traz subsídio teórico e prático à investigação.

A pesquisa documental permite ao pesquisador conhecer a trajetória do objeto de pesquisa. Nesse sentido, para conhecermos como ocorreu a implantação das políticas para a extensão universitária, a partir da década de 80, são analisados documentos oficiais do período como: Leis, Decretos e Plano Nacional de Educação.

³ No período de 2003 a 2005 o PROEXT foi chamado de Programa de Apoio à Extensão Universitária.

2 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nessa breve trajetória vimos que o primeiro encontro de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras, resultou na criação do FORPROEX, que ao longo de sua existência em seus debates e discussões buscou traçar diretrizes para a Extensão Universitária, desde uma perspectiva conceitual até as questões políticas (institucionalização, financiamento e avaliação) no âmbito das Instituições Públicas de Ensino Superior.

Em 1993 vimos que no governo de Itamar Franco é criado o primeiro PROEXTE. Após três anos da existência do PROEXTE, em 1996, o governo do Fernando Henrique Cardoso, caminhando para um modelo neoliberal, suspende o programa. Nesse contexto, com a interrupção deste programa fica evidenciado a redução das políticas públicas voltadas para a extensão universitária. Somente pelo Decreto-Lei 6.495/2008, no governo Lula, é consolidado o PROEXT.

O Plano Nacional de Extensão, tem uma versão preliminar em 1999. Em 2012, a extensão constitui-se em Política Nacional de Extensão Universitária, contribuindo com um novo conceito sobre a extensão universitária, as diretrizes e consolidação da extensão.

No âmbito das conquistas para a extensão no Ensino Superior ganha destaque o PNE (2014-2024) ao estabelecer que as instituições de ensino superior devem garantir o mínimo de 10% do currículo em atividades de extensão até 2021, o que ampliará as ações nas IES do país.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federal do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

_____. Lei nº 13.005 de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação, e dá outras providências. **Diário Oficial União**. Brasília, 26 jun. 2014.

_____. Decreto-lei nº 547 de 18 de abril de 1969. Autoriza a organização e o funcionamento de cursos profissionais superiores de curta duração. **Diário Oficial da União**. Brasília, 22 abr. 1969.

_____. Decreto-lei nº 6.495 de 30 de junho de 2008. Institui o Programa de Extensão Universitária - PROEXT. **Diário Oficial da União**. Brasília, 30 jun. 2008.

FONSECA. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

PIMENTEL, Geyza Alves. **Universidade e políticas de extensão no Brasil do governo Lula: período de 2003 a 2010**. Tese (Doutorado em Ciência Política)-Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.